



JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

GOVERNO:

DECRETO-LEI N.º 12/2013 de 30 de Outubro

Primeira alteração ao Estatuto da Inspeção Geral do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 1 de dezembro 6842

DECRETO DO GOVERNO N.º 2/2013 de 30 de Outubro

Incentivo Especial à Formação Intensiva de Docentes 6843

DECRETO-LEI N.º 12/2013

de 30 de Outubro

Primeira alteração ao Estatuto da Inspeção Geral do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 1 de dezembro

A Inspeção Geral do Trabalho foi criada em 2010 com o principal objetivo de aperfeiçoar e fortalecer os serviços de inspeção do trabalho em todo o país. Para tal e de forma a estabelecer-se uma instituição dotada das capacidades técnicas necessárias para o cabal cumprimento das suas funções, o seu estatuto prevê um regime de carreiras especial com cinco categorias.

Sucede que o referido estatuto não contém uma norma transitória que permita a transição dos atuais Inspetores, sujeitos ao regime da carreira geral da Função Pública, para o referido regime de carreiras especial já criado.

Desta forma, torna-se necessário rever o respetivo diploma de forma a criar-se a base legal que permita aos Inspetores já em serviço transitarem para o regime de carreiras especial.

Assim,

O Governo decreta, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º

Aditamento

É aditado ao Decreto-lei n.º 19/2010, de 1 de dezembro o artigo 56º - A, com a seguinte redação:

“Artigo 56.º - A

Regra de transição para a carreira do regime especial

Os funcionários que desempenham as funções de Inspetores do Trabalho nos termos do 51.º e 53.º e que se encontram sujeitos ao regime da carreira geral da Função Pública transitam para o regime de carreira especial, de acordo com a seguinte correlação:

- Funcionários permanentes com mais de 5 anos de serviço ininterrupto ingressam na carreira de Inspetor Regional;
- Funcionários permanentes com 3 e menos de 5 anos de serviço ininterrupto ingressam na carreira de Inspetor de 1.ª;
- Funcionários permanentes com 1 e menos de 3 anos de serviço ininterrupto ingressam na carreira de Inspetor de 2.ª;
- Funcionários permanentes com menos de 1 ano de serviço ininterrupto ingressam na carreira de Inspetor Estagiário.”

Artigo 2.º

Produção de efeitos

O regime estabelecido no presente diploma é aplicável retroativamente a partir de 1 de janeiro de 2013.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 1 de outubro de 2013.

O Primeiro-Ministro,

Kay Rala Xanana Gusmão

O Vice-Primeiro-Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais,

Fernando La Sama de Araújo

Promulgado em 28 / 10 / 13

Publique-se.

O Presidente da República,

Taur Matan Ruak

DECRETO DO GOVERNO N.º 2/2013

de 30 de Outubro

Incentivo Especial à Formação Intensiva de Docentes

O Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário, abreviadamente designado por Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 23/2010, de 9 de Dezembro, acolhe o princípio da obrigatoriedade da formação contínua e intensiva, como um dos princípios fundamentais inerente à atividade do pessoal docente, expresso nos artigos 6.º e 23.º.

Considerando que a promoção da qualidade do Sistema de Ensino Nacional depende dos conhecimentos dos docentes e da respectiva actualização da sua formação profissional;

Considerando que se mostra necessário aprofundar conhecimentos sobre os conteúdos curriculares específicos de cada nível de ensino/disciplina;

Considerando, ainda que Ministério da Educação detetou a necessidade de realizar, com carácter de urgência, a formação de docentes, especialmente nos conteúdos curriculares, com destaque para as áreas técnicas e das ciências exactas;

O Ministério da Educação pretende organizar um Curso de Formação Intensiva de Docentes, antes do final do corrente ano, a fim de reforçar as competências dos docentes o que constitui uma medida urgente de âmbito nacional, inserida no objectivo governamental de melhorar a qualidade do ensino e assim, das crianças e dos jovens concretizarem todo o seu potencial de maneira a estarem aptos a melhorar as suas oportunidades de vida.

Este Curso de Formação Intensiva de Docentes tem uma duração de 29 dias úteis, ou seja, de 41 dias de calendário, revestindo, assim, uma natureza particular e excepcional, o que determina a atribuição de um incentivo especial, previsto no artigo 51.º do Estatuto da Carreira Docente, com vista a garantir o seu bom funcionamento e desenvolvimento das actividades nele previstas.

Deste modo, o presente diploma visa atribuir um incentivo especial aos docentes que participam nesta acção de formação.

Assim,

O Governo decreta, ao abrigo do previsto no n.º 4 do artigo 51 do Decreto-Lei n.º 23/2010, de 9 de Dezembro, para valer como regulamento, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto Natureza e âmbito de aplicação

1. O presente decreto regulamenta os montantes e forma de atribuição de um incentivo especial ao pessoal docente que participe no Curso de Formação Intensiva de Docentes, doravante designado por Curso.
2. O presente diploma abrange todos os docentes, quer sejam formandos, quer sejam formadores.
3. Este incentivo não confere direitos adquiridos para além das prestações previstas no presente decreto, nem expectativas de renovação ou prorrogação.

Artigo 2.º

Incentivo

1. O incentivo especial compreende um subsídio financeiro, a que corresponde uma prestação pecuniária, e um subsídio de alimentação, em espécie.
2. O subsídio financeiro pode ser de montante fixo ou variável,